



**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 21, DE 27 DE MARÇO DE 2024.**

**DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRENÓPOLIS, PARA A LEGISLATURA 2025 A 2028.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRENÓPOLIS**, no uso das atribuições legais, com fundamento no artigo 29, VI, b, da Constituição Federal, bem como no artigo 35, VI, da Lei Orgânica do Município de Pirenópolis, e artigo 17, IV, d, e artigo 116 do Regimento Interno, aprova e promulga a seguinte resolução.

**Art. 1º** O subsídio mensal dos Vereadores de Pirenópolis é fixado em 30% (trinta por cento) daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Estaduais, e corresponderá, para Legislatura de 2025 a 2028, aos valores abaixo estabelecidos:

I - R\$ 9.901,92 (nove mil novecentos e um reais e noventa e dois centavos), a partir de 1º de janeiro de 2025;

II - R\$ 10.432,39 (dez mil quatrocentos e trinta e dois reais e trinta e nove centavos), a partir de 1º de fevereiro de 2025.

**§1º** O substituto legal que, na forma regimental, assumir a Presidência, nos impedimentos ou ausências do Presidente da Câmara Municipal, fará jus ao recebimento do subsídio diferenciado, proporcionalmente ao período da substituição, por mês ou fração.

**§2º** A percepção do subsídio está condicionada ao comparecimento do Vereador às Sessões Ordinárias, Extraordinárias e das Comissões Permanentes da Câmara.

**§3º** O Vereador que não comparecer às Sessões a que se refere o §2º, salvo justificativa deferida pelo Presidente ou aprovada pelo Plenário, sofrerá desconto em seus subsídios proporcionais aos dias ausentes;

**§4º** Excetuam-se dos descontos de que tratam este artigo as ausências relativas às sessões extraordinárias em que o Vereador não tenha tomado ciência da convocação, desde que assim justifique e seja aceito pelo Plenário nos termos deste artigo.

**§5º** As sessões plenárias extraordinárias não serão indenizadas.

**§6º** O Vereador que ocupar função de Secretário ou equivalente poderá optar pelo subsídio do mandato eletivo ou a remuneração do cargo, vedada a acumulação.

**§7º** A licença do Vereador, por motivo de doença, ou outro benefício previdenciário, desde que comprovada, será integralmente remunerada.

**§8º** O Vereador servidor público continuará vinculado ao regime previdenciário de origem.



CÂMARA MUNICIPAL DE

**Pirenópolis**

**Art. 3º** Em caso de substituição, os Vereadores suplentes terão direito ao valor do subsídio mensal proporcional por dia de substituição.

**Art. 4º** Os subsídios de que trata esta Lei serão pagos na mesma data dos pagamentos feitos aos demais servidores e agentes políticos.

**Art. 5º** As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas por recursos do orçamento anual;

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025.

**Parágrafo único.** Em caso de revogação, não fixação de subsídios ou anulação da norma, em vigor, fica convalidado o pagamento dos subsídios aos vereadores com base na legislatura anterior.

**CÂMARA MUNICIPAL DE PIRENÓPOLIS**, aos vinte e sete dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro (27/03/2024).

CARLSTON AURÉLIO RODRIGUES AIRES

Presidente

VANILDO ALVES CHAVEIRO

Vice-Presidente

EDILBERTO ALVES DA SILVA

1º Secretário





JUSTIFICATIVA

O projeto de resolução em pauta foi elaborado com base no teto constitucional. Este projeto tem como objetivo fixar o subsídio dos vereadores para a legislatura 2025-2028 na Câmara Municipal de Pirenópolis de acordo com os parâmetros legais estabelecidos.

A utilização do teto constitucional como referência para estabelecer o subsídio dos vereadores é uma prática comum e está alinhada com os princípios de legalidade e transparência na gestão pública. Essa abordagem garante que a remuneração dos vereadores esteja em conformidade com as disposições legais e constitucionais, proporcionando segurança jurídica para todas as partes envolvidas.

A Lei Estadual 17.253/2011, modificada pela Lei 21.780/23, estabelece o subsídio mensal dos deputados estaduais, sendo esse o valor base a se obedecer. Ao adotar esses parâmetros legais, o presente projeto busca assegurar uma remuneração justa e equilibrada para os vereadores, sem exceder os limites estabelecidos pela legislação vigente.

Portanto, considerando a importância de garantir a conformidade com as normas legais e constitucionais, bem como a necessidade de proporcionar uma remuneração justa e equilibrada para os vereadores, solicita-se o apoio e a aprovação deste projeto de resolução pelos membros desta Casa Legislativa.

Pirenópolis, 27 de março de 2024.

CARLSTON AURÉLIO RODRIGUES AIRES  
Presidente

VANILDO ALVES CHAVEIRO  
Vice-presidente

EDILBERTO ALVES DA SILVA  
1º Secretário



ESTADO DE GOIÁS  
Prefeitura Municipal de Pirenópolis

## CERTIDÃO

Certificamos que analisando a Lei Orçamentaria Anual nº 999/23, de 12/12/2023 para o Exercício de 2024 e ainda analisando os Relatórios de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre do Exercício Financeiro de 2023, constatamos que a Câmara Municipal de Pirenópolis utilizou apenas 2,66% totalizando a importância de R\$ 2.304.879,31 com despesas de Pessoal (Folha e Obrigações Patronais), sendo que o limite máximo seria no patamar de 6%, na importância de R\$ 3.099.631,82.

Certificamos também que na Lei Orçamentária para o Exercício de 2024, foi contemplado a importância de R\$ 2.720.000,00, sendo suficiente para os reajustes pretendidos. Também na Lei Orçamentaria esta prevista o limite máximo da Receita Corrente Líquida de 6% (artigo 20 inciso III alínea a da Lei de Responsabilidade Fiscal) na importância de R\$ 5.880.000,00.

CÂMARA MUNICIPAL DE PIRENÓPOLIS, ESTADO DE GOIÁS, aos dois dias do mês abril de dois mil e vinte e quatro (02.04.2024).

CLEANTO DE AZEVEDO LEITE  
- Contador CRC-GO 7606-O